

A PRÁTICA EDUCATIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA DA UNIASSELVI

Melissa Probst*

Jorge Luiz Buerger**

Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI

RESUMO

A presente pesquisa consiste na discussão da temática “A prática educativa na formação dos professores de História da UNIASSELVI”, a partir de análise documental e de pesquisa de campo. Para a análise documental serão considerados itens das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como documentos da UNIASSELVI que regem sobre a atividade de prática educativa. A pesquisa de campo caracteriza-se como pesquisa-ação e concretiza-se pela aplicação de um questionário. A apresentação e discussão dos resultados da aplicação do questionário são expostas a partir de palavras/expressões-chaves e em forma de gráficos, sendo que os resultados deste trabalho apontam para importância da atividade de prática educativa na formação do professor como uma das atividades curriculares que favorecem a articulação entre os saberes teóricos e práticos, trazendo para o ambiente acadêmico conhecimentos provenientes da realidade da educação básica.

Palavras-chave: Formação de professores. Prática educativa. Articulação teoria e prática.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de graduação tem como temática central a “prática educativa” – um dos componentes curriculares do curso de licenciatura – na formação dos professores da História do Centro Universitário Leonardo da Vinci e situa-se dentro da área de concentração denominada “Dinâmicas do Ensino de História”.

A pesquisa tem como objetivos compreender a prática educativa enquanto

componente curricular no curso de formação do professor de História bem como investigar a representação social que acadêmicos formandos possuem a respeito da prática educativa enquanto componente curricular e atividade interdisciplinar que ocorre ao longo do curso de graduação de licenciatura em História da UNIASSELVI. Pretende-se ainda conhecer a percepção dos acadêmicos, a respeito das contribuições dessa atividade na sua formação pessoal e acadêmica/profissional.

* Acadêmica do Curso de História – Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

** Professor-Tutor Externo do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

A pergunta que move a pesquisa é: “Como a prática educativa, enquanto componente curricular do curso de licenciatura em história da UNIASSELVI, é percebida pelos acadêmicos da última fase do curso e de que modo essa atividade influencia a sua formação pessoal e acadêmica/profissional?”.

Essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa em relação ao método, uma vez que pesquisas qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, do estudo de ações sociais de indivíduos ou pequenos grupos, lembrando ainda que a pesquisa qualitativa não prevê a generalização dos resultados encontrados, mas sim uma explicação válida para o caso em questão. O instrumento utilizado para a coleta de dados consiste em aplicação de questionário (questões semiestruturadas), análise de documentos e pesquisa bibliográfica.

O locus de realização da pesquisa é o Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, campus de Indaial. A população consiste em dezesseis acadêmicos regularmente matriculados no último módulo do curso de licenciatura em História.

2 NOS MEANDROS DA LEGISLAÇÃO: A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

Conforme lembra Oliveira (2008), a função da escola e as práticas dos professores são assuntos que geram polêmica e questionamentos na sociedade, sendo a educação escolar, muitas vezes, discutida como a base da formação do sujeito /cidadão. Levando em consideração essas discussões, percebe-se que um dos pontos que costuma gerar polêmica é a própria formação dos professores, além das suas práticas de ensino.

A legislação vigente, Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) – doravante referenciada como LDB –, versa sobre a formação inicial e continuada dos professores. Sobre isso, destacamos o título VI, artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

Em se tratando do professor para a disciplina de História, parece clara a necessidade do curso de graduação em História – licenciatura. Além da LDB (1996), que estabelece os critérios mínimos para formação dos professores, o parecer CNE/CES 492/2001 (BRASIL, 2001), do Ministério da Educação, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para vários cursos de graduação, entre eles o curso de História.

Os cursos de graduação oferecidos por qualquer Instituição de Ensino Superior no Brasil devem atender aos requisitos da legislação anteriormente citados, para que tenham seus cursos credenciados e seus diplomas reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e assim válidos em todo o território nacional.

Levando em consideração o que diz a legislação em relação ao objeto de pesquisa selecionado para o desenvolvimento desse trabalho de graduação, destacamos que o parecer CNE/CES 492/2001 (BRASIL, 2001), sobre esse assunto, versa que “as atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente”.

Além disso, ainda levamos em consideração o parecer CNE/CP 28/2001, que estabelece que:

Para fazer jus à efetivação destes considerandos e à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não poderá ficar abaixo de **2000 horas**, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, **1800 horas** serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais **200 horas** para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de **trabalho para execução de atividades científico-acadêmicas** somadas às 400 horas da **prática como componente curricular** e às 400 horas de **estágio curricular supervisionado** são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a organização do projeto pedagógico planejado para um **total mínimo** de 2800 horas. Este **total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação** para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior. (BRASIL, 2001a, grifos no original).

3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA DA UNIASSELVI

Tomando como base o que diz a legislação sobre os requisitos mínimos para a formação do professor, pretende-se aqui fazer uma breve análise sobre o curso de Licenciatura em História, oferecido pela UNIASSELVI, instituição previamente escolhida como *locus* da pesquisa. Para a realização dessa análise, toma-se por base o PPC (Projeto Pedagógico de Curso) da Licenciatura em História.

Desse modo, destaca-se que, conforme o PPC da instituição, o curso de Licenciatura em História “[...] prevê a integralização curricular num período mínimo de três anos e no máximo de seis anos, totalizando 3.160 horas” (2011, p. 21), sendo que sua proposta objetiva que:

Ao finalizar o curso, o licenciado em História será capaz de dominar o conhecimento histórico de forma crítica, agregando conhecimentos teórico-práticos para conduzir o processo de ensino-aprendizagem junto aos Anos Finais do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Médio. (2011, p. 22)

Em relação a sua matriz curricular, observa-se que as atividades do curso estão distribuídas em carga horária de **2.160 horas destinadas aos conteúdos relacionados às disciplinas, 400 horas de estágio curricular supervisionado, 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais, 400 horas destinadas à prática educativa**, estando, desse modo, em conformidade com a legislação vigente.

Conforme descrito anteriormente, o objeto de estudo desse trabalho é a prática educativa, um dos componentes curriculares do curso de Licenciatura em História da UNIASSELVI. Desse modo, destaca-se que, segundo o PPC do curso, a atividade de prática educativa é vivenciada pelos acadêmicos ao longo do curso, sendo concebida como uma atividade interdisciplinar que acontece, conforme a matriz curricular, do primeiro ao quinto módulo do curso.

A Prática está inserida na estrutura pedagógica do Curso de Licenciatura em História sob o entendimento de que toda ciência e todo o conhecimento mantêm relação com a vida cotidiana. Com isso, contribui para a solução de problemas detectados, tornando visível a aplicabilidade de determinado conteúdo e estabelecendo uma reciprocidade entre os conhecimentos teóricos e práticos apreendidos nas

disciplinas. [...] A Prática estimula os estudos independentes, objetiva fortalecer a articulação teoria e a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, o que funcionará como espaço de efetivo exercício da interdisciplinaridade, contextualizando o saber, com a finalidade de proporcionar, ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados em cada módulo. (PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, 2011, p. 34)

Ainda conforme o PPC (2011) a prática educativa

[...] medeia a relação entre os conteúdos teóricos estudados nas disciplinas e a prática. É desenvolvida no contexto social na busca pelo espaço de vivência prática do curso de formação do acadêmico. Na integralização desta atividade, o acadêmico desenvolve projetos que contemplem a relação teoria-prática, ou seja, a partir dos conteúdos teóricos estudados, propõem-se ações que possam ser desenvolvidas no contexto social.

Conforme experiência vivenciada ao longo do curso, pode-se dizer que a prática educativa tem como objetivo incorporar as disciplinas cursadas em cada um dos módulos, de forma interdisciplinar, visando à articulação entre a teoria e a prática. Para desenvolvimento dessa atividade, existem várias etapas, as quais são desenvolvidas inicialmente em grupo, tendo sua finalização de modo individual.

A primeira etapa da prática educativa consiste na distribuição de temas, por parte do Professor-Tutor Externo, aos grupos de acadêmicos. Esses temas são elaborados a partir de termos de referência que estão relacionados às disciplinas do módulo corrente. A segunda etapa está relacionada à elaboração do Plano de Desenvolvimento da Prática – que nada mais é do que um projeto no qual são definidos o tema, os

objetivos, a tipologia, e o cronograma. Destacamos que em relação à tipologia, a prática educativa pode ser realizada de três diferentes formas: simulada, documental e real, ficando a escolha por uma das tipologias a critério do professor tutor externo da turma.

a) Prática Simulada: essa Prática tem como principal característica a exploração de temas teóricos. Ela é realizada em sala de aula, nos encontros presenciais, ou nos dias de atividades acadêmicas, quando o(s) acadêmico(s) envolve(m) os próprios colegas na atividade. A atividade pode ser feita em forma de seminário, aula, oficina, sarau literário, atividade de laboratório, troca de experiências com profissionais da área específica, palestras etc. **b) Prática Real:** tem como principal característica a aplicação dos temas fora dos encontros presenciais. Além disso, essa modalidade de Prática busca familiarizar o(s) acadêmico(s) com o seu futuro ambiente profissional. Ela é desenvolvida em instituições, tais como: empresas, escolas e ONGs. **c) Prática de Pesquisa Documental:** essa modalidade de Prática busca exercitar a pesquisa de cunho documental. É realizada em arquivos de empresas, escolas ou entidades públicas, bibliotecas, banco de dados digitais. O principal objetivo dessa Prática é a análise e a interpretação de dados. É importante ressaltar que essa modalidade de Prática não se restringe a uma pesquisa teórica. (AGENDA DA PRÁTICA – LICENCIATURAS, 2011, p. 6-7, grifos no original).

A terceira etapa da atividade consiste na realização das atividades em grupo, conforme planejado e registrado no Plano de Desenvolvimento da Prática. Conforme a tipologia escolhida pelos grupos, as atividades ocorrem de forma diferenciada. Nessa etapa pode ocorrer, a critério do Professor-Tutor Externo, uma breve apresentação, em grupo, das atividades desenvolvidas. A quarta etapa consiste na sistematização dos estudos realizados na elaboração de um *paper*. Essa etapa ocorre de forma individual, porém com base nas atividades realizadas em grupo. E, para

finalizar, ocorre o momento de socialização, no qual os acadêmicos explicitam os resultados da prática educativa.

4 A ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

Para as atuais perspectivas em educação, imagina-se que o professor seja um profissional capaz de relacionar-se de forma crítica com os saberes já produzidos e historicamente acumulados, organizá-los e então ensiná-los. Nessa mesma perspectiva educacional, sabe-se que ensinar está muito além da mera transmissão de conhecimentos, mas perpassa os caminhos do acesso ao saber de forma crítica e significativa. Em se tratando da ação do professor da disciplina de História, na educação básica, cabe lembrar que

[...] as aulas de história enfrentam exigências novas que decorrem da necessidade de novas formas de aprendizagem mais complexas, isto é, mais totalizadoras e integradoras que permitam aos estudantes a aquisição de determinados conhecimentos, não somente no nível cognitivo enquanto “saber histórico”, mas também em situações concretas sociais, isto é, esse saber deve ter significado para a sua vida política, social e cotidiana. (SCHMIDT; GARCIA, 2012).

Assim entendemos que a formação do professor, conforme lembram Felício e Oliveira (2012), não estão apenas na teoria da formação acadêmica, mas sim baseada em processos complexos que não terminam em disciplinas de um curso de graduação. A prática educativa se constitui também de teorias, mas se faz na transposição do saber teórico para a prática. Ser professor não é apenas deter muitos conhecimentos sobre uma área de conhecimento e transmiti-los, mas também construir elos entre esses conhecimentos teóricos e práticos, aproximando-se do cotidiano dos envolvidos

no processo educativo.

A formação docente é um tema que tem ocupado um lugar central no debate acadêmico, ao mesmo tempo em que se faz cada vez mais presente em programas do governo federal e nos meios de comunicação. Segundo Placco e Silva (2006), a discussão sobre a formação docente pode ser considerada como um tema antigo, já que durante toda a história da educação aconteceram questionamentos sobre a maneira como são formados os professores, mas também atual, pois esse tema é fundamental nas reflexões sobre a qualidade do ensino e sua significação, bem como ampliação do universo cultural e científico do professor frente às exigências da sua profissão.

A formação inicial deve proporcionar aos licenciandos um conhecimento que gere uma atitude que valorize a necessidade de uma atualização permanente em função das mudanças que se produzem, e fazê-los criadores de estratégias e métodos de intervenção, cooperação, análise, reflexão e a construir um estilo rigoroso e investigativo. (PEREZ, 1999, p. 271).

Nesse sentido, e conforme a proposta de formação de professores apresentada na legislação vigente, tanto o estágio curricular obrigatório quanto à realização das práticas educativas, podem ser considerados partes fundamentais no processo de formação do professor. Em atividades de estágio curricular obrigatório ou práticas educativas, os acadêmicos passam a “experimentar” sua futura profissão. Essas atividades são uma tentativa de superar a dicotomia entre teoria e prática, ou seja, entre as disciplinas do curso/conhecimentos teóricos e a ação pedagógica propriamente dita.

Entendendo Educação no seu sentido mais amplo, podemos dizer que educadores são todos os membros de uma sociedade. No entanto, a **educação sistemática**, planejada com objetivos

definidos e realizada através do ensino, que é um tipo de prática educativa, exige um profissional da Educação com formação adequada. (CEDERJ, 2012, p. 18).

Araújo (2011) lembra que vivemos em uma sociedade que exige da escola profissionais dinâmicos, competentes, autônomos e criativos, que saibam questionar as situações e que sejam capazes de superar desafios. Nesse sentido, acredita-se que esse profissional da educação (professor) seja capaz de contribuir para a formação de pessoas críticas, criativas, empreendedoras e proativas, ou seja, que não seja mero transmissor de conhecimentos prontos e acabados.

Nesse sentido, o professor não precisa ser, conforme lembra Menezes (1987), um simples “ensinador” das coisas e nem um “repetidor” de conteúdos. Esse professor precisa de competência pedagógica que perpassa por questões relacionadas à compreensão das dimensões do ser professor, que se preocupa com o que ensinar, o porquê de ensinar e com os modos como ensina. Isso tudo faz parte do seu processo de formação pedagógica, que está diretamente relacionado com a Universidade.

Lembrando que a legislação prega que a formação inicial de todo professor se dá em cursos de graduação, ainda assim deve-se levar em consideração que para ser professor não basta ter o domínio do conteúdo específico da sua área de formação. Caso contrário, não seriam previstas nas diretrizes curriculares tal quantidade de horas de atividades acadêmicas relacionadas a estágio curricular e práticas educativas. Desse modo, considera-se que ao professor é necessário também o chamado “saber pedagógico”. O saber pedagógico está relacionado à didática e metodologias de ensino, ou seja, faz referência ao “saber ensinar”.

Diz-se, atualmente, que ao professor de História, como o das demais áreas de conhecimento abrangidas pelo currículo escolar, cabe conduzir os estudantes à aprendizagem efetiva, significativa. É, então, função do professor, organizar os conteúdos que serão estudados, planejar as aulas e efetivá-las no contexto escolar. Para tanto, faz-se necessário além do conhecimento específico da História, também noções acerca das metodologias de ensino e da didática.

Nesse sentido não é possível conceber a teoria separada da prática. É a relação com a prática que inaugura a existência de uma teoria; não pode existir uma teoria solta. Ela existe como teoria de uma prática. A prática existe, logicamente, como a prática de uma dada teoria. É a própria relação entre elas que possibilita sua existência. (GAMBOA apud BORELLI, 2012).

Lembramos ainda que Pimenta (2002) afirma que não há saber docente que não seja formado de práticas e teorias, uma vez que esse saber não pode ser somente baseado na prática porque também a prática é nutrida de teorias:

[...] o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Dessa forma, a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos de vista para uma ação contextualizada, oferecendo perspectivas de análise para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais. (PIMENTA, 2002, p. 24).

Desse modo, acreditamos que a prática sem fundamento, sem planejamento e sem reflexão é uma prática esvaziada de sentido. A universidade, enquanto local de formação de professores, não deve ser simplesmente local de transmissão de teorias, mas também um local em que o acadêmico das licenciaturas possa experimentar a prática

docente, a fim de comprometer-se para com a profissão que se pretende exercer.

O curso de graduação, nesse sentido, pode ser o local de formar o pesquisador, de discutir a teoria e a transposição didática dessa teoria, como forma de propiciar subsídios para que os professores em formação possam atuar no contexto escolar não como reprodutores dos conhecimentos do livro didático, mas como intérpretes do conhecimento historicamente acumulados, atuando numa relação dialógica com os estudantes e com os conteúdos definidos pelo currículo escolar.

5 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa que se caracteriza como qualitativa, opta-se, enquanto procedimento metodológico, pela pesquisa participante que, conforme Severino (2007), é aquela em que o pesquisador realiza a observação, compartilha da experiência dos sujeitos pesquisados e participa de forma sistemática e permanente das atividades da pesquisa.

Nesse caso, ocorre a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, sendo que cabe ao pesquisador observar, participar, registrar e analisar as informações encontradas, fazendo as considerações necessárias ao longo da pesquisa. Além disso, destaca-se também a existência da pesquisa bibliográfica, utilizada aqui com a finalidade de, a partir de fontes como registros de pesquisas anteriores, fundamentar teoricamente o presente texto.

Para o desenvolvimento da pesquisa dentro da metodologia prevista, elencou-se um conjunto de técnicas, a fim de que seus objetivos pudessem ser alcançados. Segundo Severino (2007, p. 124), “as técnicas são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas”. Assim sendo, entre as técnicas utilizadas, pode-se

considerar, primeiramente, a técnica pesquisa documental e para a segunda etapa da pesquisa, opta-se pela técnica de questionário.

A primeira etapa, então, consistiu na leitura e análise dos textos legais – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Parecer nº CNE/CES 492/2001 e Parecer nº CNE/CP 28/2001 do Conselho Nacional de Educacional – bem como de documentos institucionais – Projeto Pedagógico do Curso da Licenciatura em História e Agenda da Prática.

A segunda etapa realizou-se com a aplicação de um questionário, que tinha por objetivo levantar informações escritas por parte dos sujeitos da pesquisa, com vistas a conhecer aspectos relacionados à relevância da atividade de Prática Educativa na sua formação acadêmica e profissional, ao longo do curso de Licenciatura em História, na UNIASSELVI. O questionário consiste num conjunto organizado de questões, elaboradas de forma semiestruturada, ou seja, num formato que permite ao sujeito da pesquisa redigir as respostas a partir de sua elaboração pessoal, sem que haja necessidade de prender-se a opções pré-definidas pelo pesquisador.

Conforme indicado anteriormente (na introdução deste texto), o questionário foi aplicado para uma população de dezesseis acadêmicos regularmente matriculados no último módulo do curso de licenciatura em História. O *locus* da pesquisa define-se como sendo a turma HID 2131, do polo de Indaial do Núcleo de Educação a Distância do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme anunciado anteriormente, o objeto da pesquisa visa discutir a questão da prática educativa, na formação dos

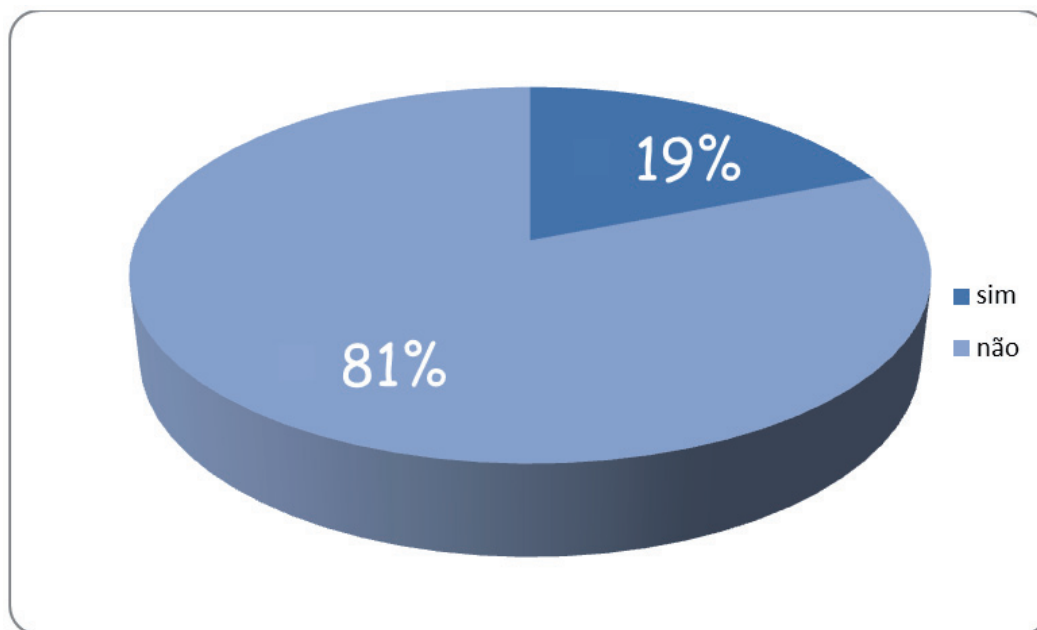
acadêmicos da licenciatura em História. Para a realização desta pesquisa, optou-se por duas etapas distintas, sendo elas a análise documental (já anteriormente explorada) e a aplicação de questionário. Inicia-se aqui, a discussão a partir da análise dos dados encontrados a partir da aplicação do questionário.

O questionário, elaborado a partir de seis questões semiestruturadas, visava investigar: 1 – o conhecimento dos acadêmicos acerca do Projeto Pedagógico (PPC) do curso de licenciatura em História da UNIASSELVI; 2 – o conhecimento da concepção de prática educativa proposta pela instituição; 3 – a descrição da concepção de prática educativa a partir das experiências

vivenciadas em sala de aula durante o curso de graduação; 4 – a forma de realização dessas atividades (individualmente ou em grupo), 5 – o conhecimento acerca das etapas de realização dessa atividade e, 6 – a importância da realização das práticas educativas, pelos acadêmicos, no seu processo de formação para a licenciatura.

Os dados encontrados a partir da análise dos questionários são apresentados de duas formas, a partir de palavras/expressões-chaves e em forma de gráficos. Para a primeira questão, acerca do Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em História, percebeu-se que apenas 19% dos acadêmicos da turma HID2131 tem conhecimento sobre ele:

GRÁFICO 1 – VOCÊ CONHECE O PPC DO CURSO DE HISTÓRIA?

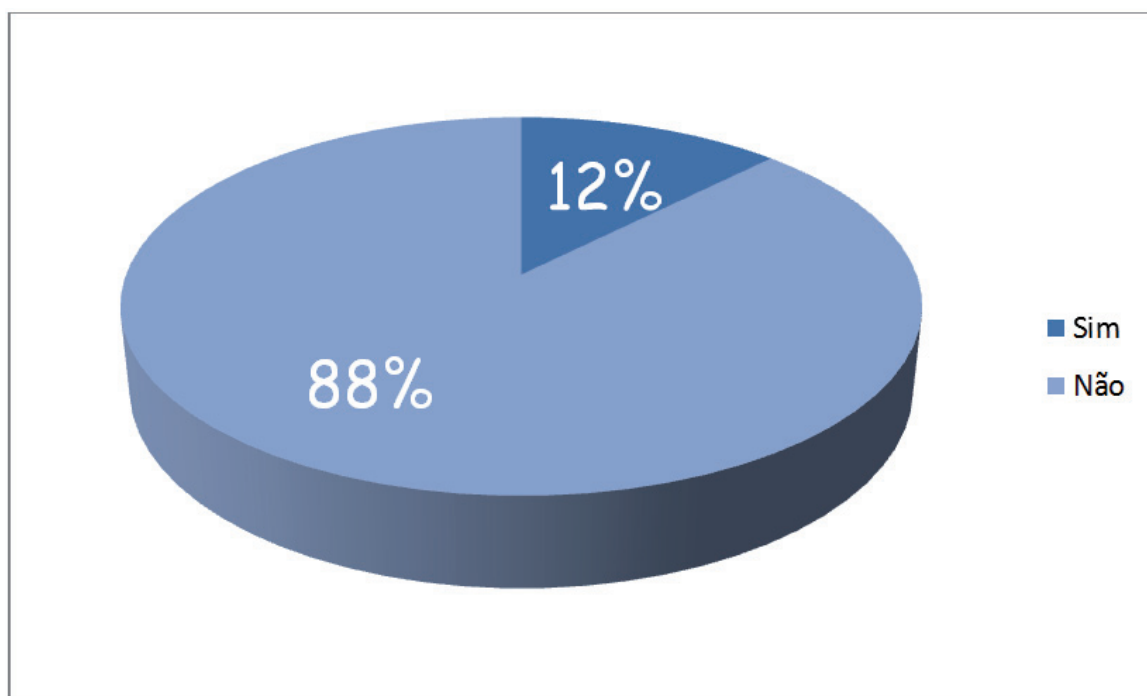


FONTE: os autores

Sobre a concepção de prática educativa, proposta pela instituição, que pode ser encontrada tanto no PPC do curso, quanto na Agenda da Prática (que é distribuída

semestralmente aos acadêmicos), percebeu-se que apenas 12% dos acadêmicos a conhecem:

GRÁFICO 2 – VOCÊ CONHECE A CONCEPÇÃO DE PRÁTICA EDUCATIVA PROPOSTA PELA UNIASSELVI?



FONTE: os autores

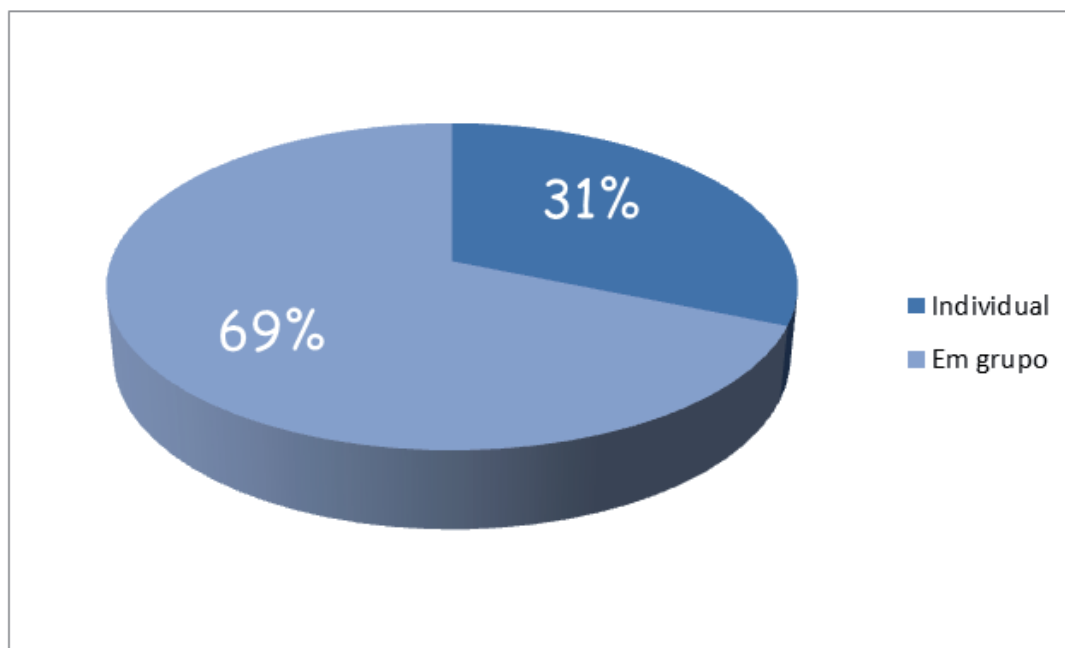
Quando perguntados sobre a concepção da atividade de prática educativa, a partir das experiências vivenciadas, os acadêmicos apresentaram respostas muito distintas entre si. De forma geral, pode-se dizer que os acadêmicos que responderam ao questionário entendem a prática educativa como sendo “um trabalho feito dentro das normas da metodologia científica”, “que serve para a formação do professor como uma noção dos trabalhos de sala de aula”, “para aprofundar o conhecimento dos conteúdos da História”, “atividade de socialização das pesquisas feitas”, “uma forma interdisciplinar para crescimento intelectual dos acadêmicos”, “uma atividade orientada para vivenciar de forma simulada questões da sala de aula”, “uma forma de aproximar teoria e prática”.

A partir dessas respostas, ousa-se dizer que, embora poucos acadêmicos tenham o conhecimento da proposta de prática

educativa descrita em materiais como PPC do curso ou Agenda da Prática, ainda assim possuem uma definição própria da atividade, compreendendo assim a sua função dentro da matriz curricular do curso de licenciatura em História. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que o conhecimento adquirido por parte dos acadêmicos, através de suas vivências, tenha também fundamento nas explanações realizadas pelo Professor-Tutor Externo na proposição e acompanhamento dessa atividade ao longo dos módulos do curso.

Em relação à forma como os acadêmicos desenvolvem as atividades de prática educativa ao longo dos módulos, percebeu-se que as duas formas, individual e em grupo aparecem:

GRÁFICO 3 – DE QUE FORMA VOCÊ REALIZA AS PRÁTICAS?



FONTE: os autores

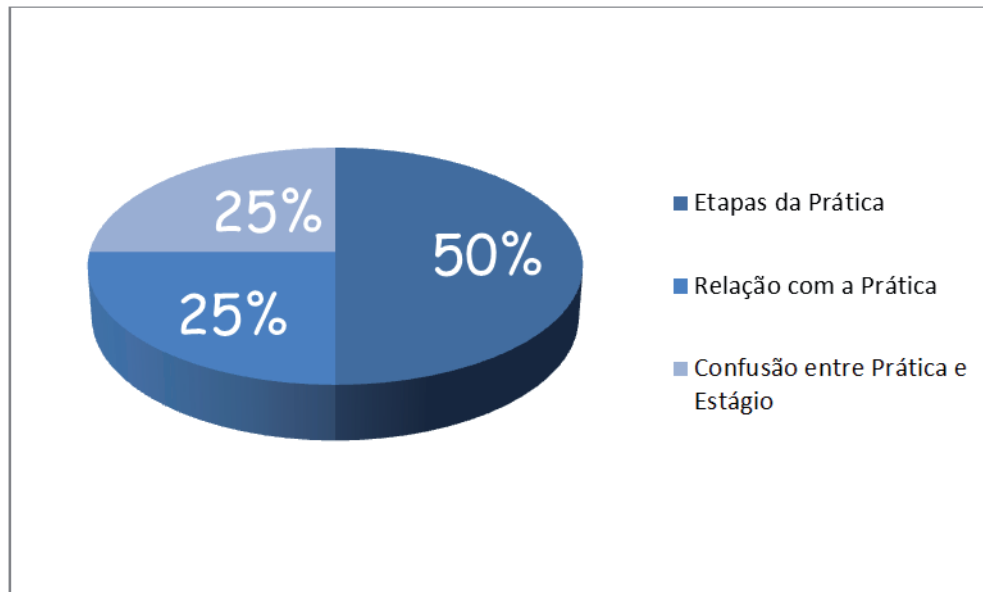
Quando perguntados sobre as etapas de desenvolvimento da prática educativa, segundo a proposta da UNIASSELVI para o curso de licenciatura em História, apareceram nos questionários três tipos distintos de respostas. No primeiro bloco de respostas, 25% dos acadêmicos identificaram as etapas da prática como sendo “escolha das equipes; escolha do tema; elaboração de um planejamento; realização da pesquisa; socialização do trabalho e escrita de um *paper*”.

No segundo bloco de respostas tem-se 50% dos acadêmicos participantes da pesquisa que responderam itens relacionados à prática educativa, porém não correspondentes às etapas propriamente ditas. Entre essas respostas, as mais comuns foram: “pesquisa que pode ser documental ou de campo; desenvolvimento de trabalhos acadêmicos com temas das disciplinas do módulo; pesquisa com fundamentação teórica; disposição para trabalhar em equipe; simulação de como

os conteúdos da História são aplicados em sala de aula na educação básica”.

Os demais 25% dos acadêmicos confundiram a atividade denominada como “prática educativa” com a realização dos estágios curriculares obrigatórios no Ensino Fundamental e Ensino Médio. A transposição desses dados resulta no gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 – QUAIS SÃO AS ETAPAS DA ATIVIDADE DE PRÁTICA EDUCATIVA?



FONTE: os autores

E, finalmente, quando perguntados sobre a importância da prática da atividade de prática educativa na sua formação como futuros profissionais da educação, na área de História, entre as palavras/expressões-chave, os sujeitos da pesquisa responderam que é “importante”, “muito importante”, “primordial”, “essencial”. Entre os motivos para tanto, aparecem: “é um momento no qual se pode refletir sobre a ação de forma crítica”, “auxilia no aprofundamento de questões teóricas e na compreensão dessas teorias”, “ajuda na compreensão dos modos de preparar uma aula”, “possibilita a compreensão das dimensões do ser professor, faz crescer intelectualmente”, “ajuda a compreender a organização e desenvolvimento da atividade docente”, “serve para praticar a pesquisa e não se acomodar nos conhecimentos que já se tem”, “prepara o profissional para falar em público, o que é importante para quem vai ser educador”, “obriga a ler diferentes materiais e conhecer diferentes versões da História”, “desenvolve o espírito de equipe”, “auxilia na busca de uma metodologia adequada para entendimento do assunto por parte de todo o grupo” e “possibilita identificar diferentes maneiras de trabalhar os conteúdos”.

A partir dessas respostas, ousa-se dizer que, embora ainda alguns acadêmicos confundam a atividade de prática educativa com os estágios curriculares obrigatórios, percebe-se que os objetivos elencados pela legislação e consequentemente pela UNIASSELVI para o desenvolvimento da prática estão contemplados na fala dos acadêmicos. Conforme já descrito anteriormente (especificamente na página 5 deste texto), pode-se dizer “que a prática educativa tem como objetivo incorporar as disciplinas cursadas em cada um dos módulos, de forma interdisciplinar, visando à articulação entre a teoria e a prática”, e esses aspectos estão contemplados nas respostas dos acadêmicos ao questionário aplicado.

Além disso, poder-se-ia aqui relembrar Zabala (1998) quando diz que, ao longo da formação do professor, é preciso que haja momentos em que as ações de adaptem às necessidades formativas, aos desafios que surgem constantemente, possibilidades para fugir de estereótipos ou apriorismos. Nesse caso, a prática educativa permite pensar a ação docente como um constante processo de melhorias e não a busca de uma “fórmula magistral”, sendo que essa

melhoria da ação docente só é possível a partir de conhecimentos dos marcos teóricos da didática e dos conteúdos da disciplina. Essa articulação permite que a intervenção pedagógica seja coerente com as intenções do fazer docente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa, foi possível compreender mais especificamente a “prática educativa” enquanto componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História da UNIASSELVI, tanto a partir de aspectos documentais como a partir de dados empíricos.

Segundo Fazenda (2003), aprender a fazer pesquisa é algo próprio de uma educação interdisciplinar, é uma das possibilidades de execução de um projeto coletivo. Na Universidade, isso deveria ocorrer de forma que existisse uma pesquisa nuclear que catalisasse diferentes preocupações de um grupo maior e pesquisas-satélites nas quais o pensar individual pudesse ser expresso. Nesse tipo de pesquisa, interdisciplinar, segundo Fazenda (2003), é que deveria estar a possibilidade para que cada pesquisador pudesse revelar suas potencialidades.

Pensando no exposto acima, acredita-se que a “prática educativa”, a partir dos pressupostos da legislação nacional e dos preceitos da UNIASSELVI para a licenciatura em História, seja muito próxima do que Ivani Fazenda pensa como pesquisa interdisciplinar na Universidade, uma vez que, segundo as etapas da prática educativa, a pesquisa inicia-se em grupo e finaliza-se de forma individual, onde há a troca de ideias sobre uma questão maior, mas culmina no afunilamento da pesquisa e discussão de um objeto menor, estando em questão os conteúdos das diferentes disciplinas propostas em cada um dos módulos do curso.

Ao analisar os dados obtidos, a partir dos questionários, percebeu-se que os acadêmicos da turma HID 2131 possuem, acerca da prática educativa, boa compreensão dos seus objetivos bem como das etapas de realização e da sua importância para a formação acadêmica e profissional. Porém, ao mesmo tempo, percebe-se que há pouco conhecimento acerca do Projeto Pedagógico do curso em que estão matriculados, o que talvez indique necessidade de um trabalho diferenciado de apresentação e divulgação desse material, por parte dos profissionais da instituição para os acadêmicos desde seu ingresso no curso.

Para a formação do acadêmico para o exercício da docência, percebeu-se que a prática educativa caracteriza-se como etapa fundamental, uma vez que aproxima teoria e prática e permite o exercício simulado da profissão de professor. Além disso, a atividade estimula a pesquisa, o pensar interdisciplinar, o trabalho em equipe, o exercício da escrita, a experimentação das tendências pedagógicas e concepções didáticas, a construção de conhecimentos teóricos, e práticos e a reflexão crítica sobre sua ação. Além disso, percebe-se que a partir dessa atividade, ser marcada por reflexões contínuas, pode auxiliar o professor em formação a delinear caminhos para uma intervenção pedagógica, que conduza à formação integral de seus futuros alunos.

Com o intuito de finalizar o presente texto, baseado nos estudos realizados, retoma-se a afirmação da importância da atividade de prática educativa na formação do professor. A partir da experiência que se possui, enquanto pesquisadora, acadêmica e profissional da educação desde o ano de 1997, percebe-se que os cursos de graduação, a partir de atividades como a prática educativa e os estágios curriculares obrigatórios favorecem a articulação entre os saberes teóricos e práticos, trazendo

para o ambiente acadêmico conhecimentos provenientes da realidade da educação básica – *locus* de atuação profissional dos acadêmicos/profissionais provenientes das licenciaturas.

REFERÊNCIAS

AGENDADAPRÁTICA–LICENCIATURAS.

Indaial: Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi, 2011.

ARAÚJO, Raimundo Dutra de. **Formação docente**: a produção de saberes no estágio supervisionado. 2010. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_28_2010.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

BORELLI, Julma D. Vilarinho. **Pensando a relação teoria e prática na formação docente**. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~clafpl/18_Julma_Borelli.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2012.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Parecer nº CNE/CES 492/2001, de 4 de abril de 2001. Brasília: Ministério da Educação / Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. Parecer nº CNE/CP 28/2001 de 2 de outubro de 2001. Brasília: Ministério da Educação / Conselho Nacional de Educação, 2001a.

CEDERJ. A didática e a formação dos educadores em diferentes abordagens pedagógicas: aula 2. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/quimdist/livro_novo/didatica_geral/Didatica%20Geral_Pratica_Ensino_Vol_1/Aula_02.pdf>. Aceso em: 10 maio 2012.

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.) **Didática e interdisciplinaridade**. 8a ed. São Paulo: Papirus, 2003.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos; OLIVEIRA, Ronaldo Alexandre de. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 32, 2008.

MENEZES, Luís Carlos de. Formar professores: tarefa da universidade. CATANI, Denice Bárbara; MIRANDA, Hercília Tavares de; MENEZES, Luís Carlos de, et. al. **Universidade, escola e formação de professores**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Renata da Silva. Formação de professores: saberes necessários à prática educativa. **Caderno Discente do Instituto Superior de Educação**, Ano 2, n. 2. Aparecida de Goiânia: Faculdade Alfredo Nasser, 2008. Disponível em: <<http://www.unifan.edu.br/files/pesquisa/Ensaio%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES%20-%20SABERES%20NECESS%C3%81RIOS%20%C3%80%20PR%C3%81TICA.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

PEREZ, Geraldo. Formação de Professores de Matemática sob a Perspectiva do Desenvolvimento Profissional. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Pesquisa em Educação Matemática**: Concepções & Perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SILVA, Sylvia Helena da. A formação do professor: reflexões, desafios, perspectivas. In: BRUNO, Eliane Bambibi Gorgueira,

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de;
CHRISTOV, Luiza Helena da Silva (Org). **O
coordenador pedagógico e a formação
docente**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

**PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**.
Indaial: Centro Universitário Leonardo da
Vinci – Uniasselvi, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos
Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga.
Investigando para ensinar história:
contribuição de uma pesquisa em
colaboração. Disponível em: <[http://www.
anped.org.br/reunioes/27/gt04/t045.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt04/t045.pdf)>.
Acesso em: 5 mar. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia
do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo:
Cortez, 2007.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como
ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

